

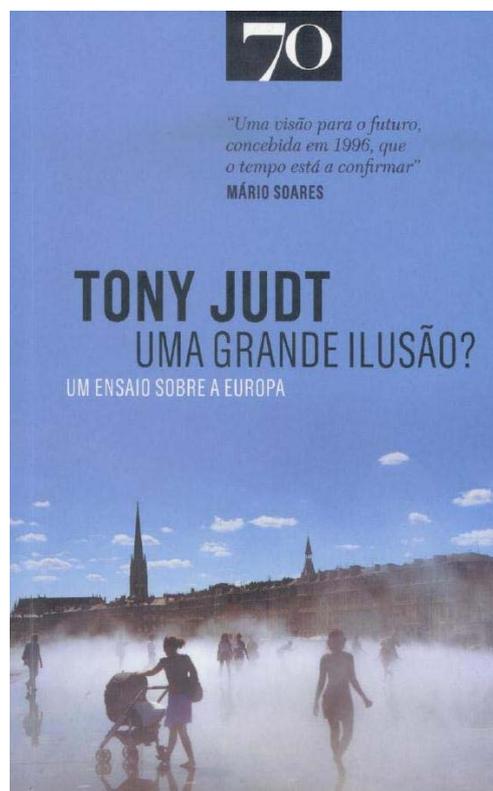
Uma certa ideia sobre a Europa

Mário Beja Santos¹, beja.santos@dg.consumidor.pt

“*Uma grande ilusão? Um ensaio sobre a Europa*” é um livro baseado nas palestras que Tony Judt proferiu em Bolonha, em Maio de 1995, agora editado em português (Edições 70). Aquele que terá sido um dos grandes historiadores do século XX produziu uma reflexão admirável que não enrugou passados estes anos. Com ele escreveu, o livro «é uma tentativa para abordar três questões contemporâneas: quais as perspetivas para a União Europeia? Se elas não são de todo cor-de-rosa, porque será? E, afinal de contas, até que ponto será importante que se concretize uma Europa unida?». Mais adiante, procura justificar-se junto do público: «Neste ensaio, afirmo que uma Europa verdadeiramente unida é suficientemente improvável.

Ao contrário de Jean Monnet, não creio que seja prudente, ou até possível, exorcizar a história, pelo menos além de limites moderados, e por isso o meu ensaio termina com o apelo ao restabelecimento parcial do Estados-Nação».

Tony Judt lembra que quando as pessoas se referem a futuros membros da UE dizem muito simplesmente que “vão aderir à Europa”, locução que mostra até que ponto a Europa não é tanto um lugar, mas uma ideia, uma comunidade internacional pacífica e próspera de interesses partilhados. E, ao historiar a ideia de unidade europeia lembra um conjunto vasto de etapas que precederam a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, uma trajetória que começou em meados do século XIX. Igualmente importa notar que essa Comunidade Europeia do Carvão e do Aço era acima de tudo um tratado de paz entre a Alemanha Ocidental e a França, institucionalizava uma interdependência



¹ Técnico Superior da Direcção-Geral do Consumidor, Professor do Ensino Superior, autor de livros e artigos nas áreas das políticas de consumidores e qualidade de vida.

económica e não tinha mais ambições. O importante é que se deu uma grande reanimação económica que levou os beneficiários europeus a procederem à regulação do mercado em perspetiva. O mercado comum acordado em 1957 foi uma nova forma de lidar com velhos problemas, como é o caso da política agrícola comum, um sumidouro de dinheiro que trazia vantagens para todos e sobretudo vantagens políticas contentando a inovação agrícola e a mesa dos consumidores. E convém não perder de vista que a Guerra Fria veio igualmente facilitar as estratégias de integração, apagando os sinais de crises anteriores, a CEE transformou-se numa entidade exportadora e um farol das políticas de bem-estar. Trata-se de uma Europa Ocidental que precisava desesperadamente de mão-de-obra e que se movia à volta de uma energia chamada carvão. Ora a dependência do carvão foi-se diluindo e houve que acertar o crescimento. A atmosfera da Guerra Fria foi favorável à CEE, protegida pelo chapéu-de-chuva norte-americano, a CEE não tinha que gastar em defesa. A queda do Muro de Berlim exigiu uma inflexão tremenda, com a exigência de uma política externa e de defesa pelo menos formal. Em resumo, a passagem a União Europeia exigiu a conjunto de países ricos uma recentragem de objetivos: descobriram-se países do Leste e países do Sul e a necessidade de procurar estabelecer fronteiras, é neste questionamento que cabe considerar a Europa Central como um mosaico e com a expansão da União o centro da Europa vai gradualmente gravitando à volta de Berlim, pode haver muitas europas mas a influência alemã no Leste é indiscutível, já não é a França a negociar com a Rússia, é a Alemanha; a Europa de Leste abre-se ao mercado alemão, o que não é novidade, como observa o historiador: «O papel da Alemanha já era assinalável antes da I Guerra Mundial, mas depois tornou-se esmagadora: no ano que antecedeu a eclosão da II Guerra Mundial, 58% das importações da Bulgária provinham da Alemanha, país que recebia 64% das suas exportações; para a Jugoslávia, os números eram de 50 e 49%, para a Roménia, 49 e 36%. Tal como hoje, esta relação paracolonial e desigual com a Alemanha é o único legado verdadeiramente europeu que a maioria dos europeus de Leste têm podido reivindicar».

Há que temer o sonho europeu, ele não resistirá ao vendaval da integração de mercados, aos assaltos à moeda única e às tensões entre os modelos sociais? Até à queda do Muro de Berlim e à unificação alemã havia um condomínio franco-germânico em que os alemães tinham os meios económicos e os franceses a iniciativa política. Até essa data a influência económica francesa estava limitada aos Estados da Europa dos 9.

A Alemanha, em contraste, já incluía no raio da sua influência económica não só a Europa dos 15 mas também a maioria do resto do continente a Sul e a Leste. A importância disto é clara. Entre 1951 e 1990, a França pouco mais fez do que manter a sua posição, enquanto a economia alemã se expandia por todo o continente. A França tornara-se uma potência regional, confinada à orla ocidental da Europa; mesmo antes da unificação, a Alemanha já era outra vez a grande potência da Europa». Com o alargamento a Leste iria pôr-se a questão de saber quanto custaria trazer a inovação e a modernização aos países da antiga Europa comunista. É que a União Europeia já não é tão próspera quanto era. Mudou entretanto a taxa de crescimento económico mas também a percepção do bem-estar que o Ocidente tinha de si mesmo. Depois das crises petrolíferas, a Europa conheceu um conjunto de ameaças e jamais deixou as angústias em torno do futuro: o desemprego, a incapacidade de inovar, crescimento lento. Nos tempos áureos da expansão, entre os anos 50 e 70, a urbanização tornou-se triunfante e confiante. Como agora escreve o historiador, «Hoje, vemos por toda a Europa cidades-satélite desoladoras, subúrbios degradados e guetos urbanos sem futuro. Dezenas de cidades de província, de Lyon a Lübeck, estão a criar uma classe urbana de excluídos, que se divide entre os que são detestados, geralmente estrangeiros, amiúde de pele escura e os que detestam (jovens, predominantemente homens, quase todos brancos). Se esta evolução deprimente dos últimos 20 anos ainda não teve consequências políticas e sociais mais explosivas, o mérito deve-se ao sistema de segurança social com que os europeus ocidentais se muniram após 1945».

E convém não esquecer o envelhecimento que baralha as equações da segurança social. Há um conflito em latência entre aqueles que se estão a reformar e a geração insegura que atingiu a maioridade, vão nascer problemas que têm a ver com a habitação, a educação, a segurança social e o emprego. A Europa Ocidental, no seu período áureo, mitigou as grandes desigualdades sociais. Ora esse fosso encontra-se num terrível desenvolvimento, a Grã-Bretanha e Portugal são exemplos de deterioração social. Está tudo portanto a mudar, a Europa é conceito demasiado nebuloso para entusiasmar as suas diferentes comunidades humanas; os europeus ocidentais perderam ou abandonaram muitas das tradicionais instituições integradoras da vida pública moderna; os partidos políticos e os sindicatos já não desempenham a função pedagógica e organizativa que tiveram na Europa durante mais de um século; as pressões económicas levam os governos a reduzir os benefícios da segurança social, a solidariedade é cada

vez mais uma flor de retórica em 1995, Tony Judt terminava o seu ensaio dizendo que a Europa mimada e amnésica continuava em grande parte a ignorar os sinais da crise eminente. A Europa arrisca-se a ser mais uma noção geográfica e cada vez menos uma resposta. E por paradoxal que pareça os que estão de fora querem aderir, querem sentir o conforto e a mobilização que eles conferem à União. Para contentes e descontentes, a União é um feito notável que tem de encontrar os seus limites e as bases da sua identidade.

É por isso que ler Tony Judt é perceber que a Europa está confrontada com o seu desejo de futuro e a descoberta dos seus limites.